

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 2ª REGIÃO EXERCÍCIO DE 2021

1. Informações gerais:

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.

Ressalta-se que as demonstrações contábeis do CRPPE não estão consolidadas com as do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

1.1. Natureza jurídica da entidade

O CRPPE – Conselho Regional de Psicologia da 2ª Região é uma Autarquia Federal Especial, com personalidade jurídica de direito público, criado pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, regulamentada pelo Decreto nº 79.822, de 17 de junho de 1977.

1.2. Domicílio da entidade.

A Sede do CRP da 2ª Região está localizada na Cidade do Recife, na Rua Treze de Maio, 47, Santo Amaro, CEP 50100-160, Recife-PE.

Homepage: www.crppe.org.br

Telefones para contato: (81)2119-7273

1.3. Natureza das operações e principais atividades da entidade.

Os Conselhos Profissionais são instituições governamentais criadas com o intuito de defender e disciplinar o exercício de profissões legalmente regulamentadas. O Conselho Regional de Psicologia - 2ª Região ou, CRPPE, é um órgão subordinado ao **Conselho Federal de Psicologia** com jurisdição no Estado de Pernambuco e Fernando de Noronha. Com sede na cidade de Recife-PE, e atualmente conta com Delegacias nas cidades de Petrolina, Garanhuns e Caruaru.

O CRPPE tem como finalidade orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de psicólogo(a). É também atribuição do Conselho zelar pela fiel observância dos princípios éticos e contribuir para o desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão.

2. Base para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

A implantação dos procedimentos estabelecidos na Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), normatizado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no âmbito do CRPPE traz uma nova concepção e exige nova postura e visão sobre os atos e fatos praticados pelo setor público, as quais vêm, gradualmente modernizando sua estrutura de tecnologia e de recursos humanos.

Em relação à contabilidade do CRPPE, a adoção dos novos procedimentos contábeis está ocorrendo gradativamente, tendo início no ano de 2015, por meio, do registro das alterações do patrimônio, respeitando ao regime de competência, da avaliação dos bens móveis e respectiva depreciação, e da avaliação dos riscos sobre os créditos a receber.

Os procedimentos contábeis orçamentários atendem ao plano de contas do Sistema Federal de Psicologia, o qual está padronizado nacionalmente. Nele a execução orçamentária está integrada.

As Demonstrações Contábeis apresentadas foram extraídas do Sistema de Contabilidade SISCONT, fornecido pela empresa Implanta Informática Ltda., e compõem a Prestação de Contas da Gestão, exercício de 2021. Foram elaboradas em conformidade com a Lei n.º 4.320/1964, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16), e ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), no que couber.

As Demonstrações Contábeis são compostas pelo Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), e Demonstrativo do Fluxo de Caixa (DFC).

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

3.1. Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

3.2. Créditos e Outros Valores a Receber

Os direitos provenientes das anuidades devidas por profissionais e empresas são avaliados pelo valor realizável.

O reconhecimento dos montantes é realizado no início de cada exercício e considera, como base confiável, o cadastro de profissionais e empresas inscritas. A baixa dos créditos é motivada pelos recebimentos que ocorrem de forma compartilhada no momento da arrecadação pelo agente bancário em conta específica. Realiza-se ainda, a conciliação entre os cadastros e os valores gravados na contabilidade afim de garantir a integridade das informações.

Existe a necessidade de registro de ajuste para perdas, da inscrição em dívida ativa devido a possibilidade de prescrição de créditos. Dessa forma, desenvolve-se processos de cobrança, controle, dívida ativa, ajuste de perdas e prescrição, em relação aos profissionais registrados, mensurada pelo valor original, reconhecida e evidenciada em suas demonstrações.

3.3. Estoques

Utilizamos um sistema informatiza para controle do estoque, pois, os bens de consumo são utilizados a medida da necessidade, por padrão os processos estão orientados para avaliar os bens em almoxarifado, na entrada, pelo valor das aquisições. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, considerando o custo histórico dos materiais. As apropriações decorrentes da utilização serão contabilizadas em contas de resultado. Entretanto, o sistema está sendo migrado para plataforma web, e o processo de migração está em andamento, prejudicando a consistência das baixas realizadas no exercício.

3.4. Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição ou construção e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o registro é realizado com base na avaliação obtida em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.

Após o reconhecimento inicial, os elementos do ativo imobilizado ficam sujeitos à depreciação ou à amortização (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição ou construção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como despesa do período.

Foi verificado no exercício de 2021 que não ocorreu aquisições de bens móveis ou imóveis. Sistema informatizado também se encontra em processo de migração para plataforma web.

3.5. Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública, ou exercidos com essa finalidade, e é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição ou de produção.

3.6. Depreciação e Amortização

A depreciação e a amortização de bens novos adquiridos e postos em operação utilizam o método das cotas constantes, com critérios definidos na Instrução Normativa da SRF nº 162/98. A base de cálculo é o custo do ativo imobilizado e intangível, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos.

Como regra geral, a depreciação e a amortização são iniciadas a partir da data da colocação do bem em utilização. Apresenta-se a tabela de referência para determinação de vida útil e do valor residual dos bens:

Bens	Vida útil (em anos)	Taxa de Depreciação anual
Sede (Edifícios)	25	4%
Subsedes/Salas/Garagens	25	4%
Móveis e Utensílios de Escritório	10	10%
Máquinas e Equipamentos	10	10%
Instalações	10	10%
Veículos (uso administrativo)	10	10%
Equipamentos Processamento de Dados	5	20%
Sistemas de Processamento de Dados – <i>Softwares</i> (amortização)	10	10%

Observa-se que a tabela apresentada é uma referência e que pode sofrer alterações se for possível definir, por meio de laudo e/ou procedimento técnico, que a utilização dos bens terá vida útil inferior ou superior ao determinado.

Verificamos que existem bens a serem reavaliados, sendo necessário criar uma comissão de avaliação patrimonial para definição de valor de mercado e vida útil dos bens.

3.7. Obrigações de Curto Prazo

As obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original.

As provisões são constituídas com base em estimativas confiáveis pelos prováveis valores de liquidação para os passivos.

As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

4. Resumo das políticas contábeis significativas

4.1. Bases de mensuração utilizadas:

Os bens móveis foram avaliados pelo custo histórico, sendo depreciados aqueles registrados na contabilidade pelo valor histórico, mas dependem de reavaliação para revisão dos valores a depreciar.

Os bens imóveis estão registrados na contabilidade pelo custo histórico e não foram depreciados, pois também prescindem de nova avaliação.

Os ativos monetários foram avaliados pelo seu valor de face, em Real (R\$);

Os valores a receber foram avaliados pelo seu grau de liquidez, segregando os valores não executados, dos valores parcelados, e ajustados pela provisão de perdas dos créditos.

O passivo corresponde as obrigações, e foram observados o grau de exigibilidade das mesmas:

O patrimônio Líquido está segregado em Resultado do Exercício, Resultado de Exercícios anteriores e Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em 2021.

5. Normas e políticas contábeis implantadas em 2021.

Observada as normas constantes no MCASP, bem como, a evidenciação de informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações a cerca da posição patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa da entidade, no exercício de 2021 reconhecemos os créditos inscritos em nosso sistema de contas a receber no ativo, gerando a provisão para perdas dos créditos e a ocorrência de possíveis Ajustes de Exercícios Anteriores. Apesar da relevância dos valores a receber ainda foi possível realizar a provisão para cota-parte do CFP (20%) e cota revista do CFP (5%) quanto aos valores constantes nesta rubrica, devido a necessidade de melhorias nos controles desses ativos.

6. Procedimentos decorrentes da aplicação das políticas contábeis.

6.1. Constituição de Provisões:

Passamos a demonstrar o valor das provisões para perdas de crédito sobre o crédito a receber, nos percentuais abaixo especificados:

Provisão para devedores duvidosos

Especificação	Todos	%	Provisão Perdas
1.1.2.1.1.01 - CRÉDITOS A RECEBER	1.895.252,06		
1.1.2.1.1.01.01 - ANUIDADES DO EXERCÍCIO	2.333.409,41		
1.1.2.1.1.01.01.01 - Pessoa Física	2.266.382,98	18,25%	413.614,89
1.1.2.1.1.01.01.02 - Pessoa Jurídica	67.026,43	18,25%	12.232,32
1.1.2.2.1 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS/CONTRIBUIÇÕES A RECEBER - DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.075.181,90		
1.1.2.2.1.01 - Anuidades do Exercício Pessoa Física	1.041.897,24		
1.1.2.2.1.02 - Anuidades do Exercício Pessoa Jurídica	33.284,66		
1.1.2.9.1.02 - (-) Provisão para Perdas de Créditos Tributários	-1.513.339,25		
1.2.1.1 - CRÉDITOS A LONGO PRAZO	5.958.860,44		
1.2.1.1.1.01 - PROFISSIONAIS E EMPRESAS	4.784.185,17		
1.2.1.1.1.01.01 - Pessoas Físicas	4.545.591,59	18,25%	829.570,47
1.2.1.1.1.01.02 - Pessoas Jurídicas	238.593,58	18,25%	43.543,33
1.2.1.1.3 - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	1.174.675,27		
1.2.1.1.3.01.01 - Créditos de Dívida Ativa Executiva a receber a longo prazo	72.534,67	18,25%	13.237,58
1.2.1.1.3.01.02 - Créditos de Dívida Ativa Administrativa a receber a longo prazo	1.102.140,60	18,25%	201.140,66
Total	7.854.112,50		1.513.339,25

Notas: * Os percentuais de inadimplência são obtidos a partir do histórico de 2020.

No exercício de 2021, mantivemos o mesmo percentual de provisão do exercício de 2020, o qual será aperfeiçoado em 2022. Os créditos de longo prazo deverão passar por uma análise mais profunda a fim de verificar a sua executabilidade. As provisões podem ser comparadas no quadro abaixo:

Detalhamento		2021
Não Inscritos em Dívida Ativa	PF	18,25%
	PJ	
Inscritos em Dívida Ativa	PF	18,25%
	PJ	

6.2. Reconhecimento de Variações Patrimoniais:

As Variações Aumentativas decorrem de forma relevante do lançamento das receitas de anuidades de pessoas físicas e jurídicas, no início do exercício.

Variações Aumentativas	2021	2020
Contribuições		
Anuidades	6.072.747,57	5.801.703,22
Exploração de Bens e Serviços		
Emolumentos	396.581,89	273.265,67
Financeiras		
Juros e Encargos	248.178,55	166.317,26
Transferências		
Subvenções		
Outras Variações		
Multa por ausência as eleições	-	-
Multa de Infrações	-	-
Outros	11.655,29	9.734,66
Total	6.729.163,30	6.251.020,81

As Variações Diminutivas decorrem dos gastos e variações econômicas ocorridas no patrimônio do CRPPE, e de forma relevante quando do provisionamento no final do exercício.

Variações Diminutivas	2021	2020
Pessoal e Encargos	1.896.013,37	1.753.134,87
Benefícios Assistenciais	488,06	488,06
Uso de Bens e Serviços	831.484,89	752.190,76
Financeiras	59.462,80	52.718,85
Desvalorização e perda de ativos	196.049,52	284.491,80
Tributárias e Contributivas	1.423.046,55	1.176.075,74
Outras VPD - Provisões	1.649,03	2.120,08
Total	4.408.194,22	4.021.220,16

A diferença entre as Variações Aumentativas e Diminutivas representa o resultado patrimonial do exercício de 2021, correspondendo a um superávit de R\$ 2.320.969,08.

7. Notas dos Demonstrativos Contábeis

7.1. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e reflete o fato de que os registros contábeis da receita e da despesa ocorrem de forma a atender às especificações constantes do Orçamento Anual e dos Créditos Adicionais. A diferença entre o total de receitas arrecadadas e o de despesas empenhadas gera o resultado orçamentário, o qual pode ser positivo (Superávit Orçamentário) ou negativo (Déficit Orçamentário). O resultado orçamentário reflete a sobra ou a falta dos recursos arrecadados para cobertura das despesas empenhadas.

7.1.1. Reconhecimento de Receitas e Despesas Orçamentárias

No Balanço Orçamentário – BO, as receitas e despesas orçamentárias têm os seus reconhecimentos baseados no Artigo 35 da Lei nº 4.320/1964, que define: “pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas”. O mesmo critério de reconhecimento é adotado no Balanço Financeiro.

7.1.2. Do Planejamento

O orçamento para o exercício de 2021 foi de R\$ 4.914.266,00, e foi executado em cerca de 104,55% das receitas previstas e cerca de 86,36% das despesas autorizadas.

Veja o quadro abaixo:

Detalhamento	Receita	Detalhamento	Despesa
Previsão Inicial	4.914.266,00	Dotação Inicial	4.914.266,00
Previsão Atualizada	5.505.996,07	Dotação Atualizada	5.505.996,07
Receita Arrecadada	5.756.373,18	Execução da Despesa	4.754.849,59
Déficit de Previsão da Receita	250.377,11	Economia da Despesa	- 751.146,48

Podemos afirmar que o desempenho da receita arrecadada em 2021 foi maior que a receita prevista, pois, tinha uma previsão de R\$ 5.505.996,07 e arrecadou R\$ 5.756.373,18.

Enquanto isso a execução da despesa se comportou dentro do limite fixado para o exercício de 2021, cujo valor liquidado foi R\$ 4.754.849,59.

7.1.3. Receitas Correntes

O aumento da arrecadação das receitas de 2021 em relação a 2020 foi da ordem de R\$ 1.141.777,35 (24,74%). Este aumento deve-se a conscientização de profissionais na pandemia e dos processos de cobrança.

Detalhamento	31/12/2021	31/12/2020
Receitas Correntes	5.756.373,18	4.614.595,83
Contribuições Profissionais	5.097.060,79	4.156.492,23
Patrimonial	244.263,42	147.792,32
Serviços	214.967,47	152.065,67
Financeiras	34.496,76	-
Outras Receitas Correntes	165.584,74	158.245,61
Total	5.756.373,18	4.614.595,83

7.1.4. Do Superávit Orçamentário verificado no exercício de 2021:

Verificamos no exercício de 2021 um resultado da execução orçamentária superavitário, que importa num valor de R\$ 1.001.523,59, enquanto no exercício de 2020 o resultado superavitário foi de R\$ 1.039.076,89.

Portanto, o superávit do exercício de 2021 aponta para uma pequena variação negativa em relação ao exercício anterior.

Ano	Resultado da Execução Orçamentária	Varição
2021	1.001.523,59	-3,61%
2020	1.039.076,89	65,05%
2019	629.562,04	163,48%
2018	-385.102,61	-10,53%
2017	-348.415,05	342,30%

7.2. BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro apresenta os ingressos e os dispêndios, evidenciando a receita e a despesa orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos financeiros advindos do exercício anterior. Dessa movimentação financeira, resulta um saldo financeiro que é transferido para o exercício seguinte, conforme a Lei 4.320/64.

Em relação ao Balanço Financeiro destacamos os seguintes pontos:

7.2.1. Das Retenções na fonte

Algumas operações podem interferir na elaboração do Balanço Financeiro, como, por exemplo, as retenções na fonte. Dependendo da forma como as retenções são contabilizadas, os saldos em espécie podem ser afetados, portanto, esclarecemos que a entidade considera a retenção como paga no momento do pagamento ou recolhimento, portanto, não será necessário apresentar nenhum ajuste no saldo final.

7.2.2. Do regime contábil adotado

As receitas orçamentárias e as despesas orçamentárias evidenciadas no Balanço Financeiro observa o art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, no qual as receitas são registradas pela sua efetiva arrecadação e as despesas pelo empenho.

7.2.3. Valores Brutos

Todos os valores evidenciados no Balanço Financeiro são apresentados pelos seus valores brutos, as retenções realizadas são consideradas receitas extraorçamentárias e, o seu respectivo pagamento ou recolhimento, considerada despesas extraorçamentárias.

7.2.4. Resultado Financeiro

O resultado financeiro é obtido pela soma das Receitas Orçamentária e extraorçamentárias, menos as Despesas Orçamentárias e extraorçamentárias.

O resultado financeiro no exercício de 2021 foi de R\$ 1.073.344,33, correspondendo a uma estabilidade do resultado financeiro de -0,36% em relação a 2020.

	31/12/2021	31/12/2020	Variação
Resultado Financeiro	1.073.344,33	1.077.201,45	-0,36%

7.3. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial do Conselho em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020. Demonstra a posição estática dos ativos e passivos no final do exercício, possibilitando ao usuário da informação conhecer, qualitativa e quantitativamente, a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos) e dos resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido).

7.3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

Os recursos disponíveis são mantidos em instituições financeiras oficiais e incluem saldos em conta movimento e aplicações financeiras em fundos de investimento em renda fixa, classificados como conservadores e de baixo risco, tendo os ganhos registrados em contas de resultado.

A parte mais significativa das disponibilidades é mantida em aplicações financeiras, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2021	2020
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.890.293,92	1.816.949,59
BANCOS CONTA MOVIMENTO	1.827,86	28.899,10
Arrecadação	-	-
Pagamentos	213,44	28.899,10
Alugueis	1.614,42	-
Bancos Arrecadação	-	-
BANCOS APLICAÇÃO FINANCEIRA	2.888.466,06	1.788.050,49

Fonte: Balancete de Verificação de 2021.

7.3.2. Créditos outros valores realizáveis no Curto Prazo

Corresponde a créditos a receber decorrentes de anuidades de pessoas físicas e jurídicas inscritas no cadastro do CRPPE. São avaliados pelos valores realizáveis com base na Resolução CFP nº 26/2020, devidamente ajustados para perdas decorrentes da inadimplência verificada no cadastro.

Os valores dos créditos relativos as anuidades são demonstradas na tabela abaixo:

Especificação	2021	2020
Créditos a Receber	1.895.252,06	1.118.511,46
Anuidades do Exercício	2.333.409,41	2.435.801,19
PF	2.266.382,98	2.384.358,15
PJ	67.026,43	51.443,04
Anuidades de Exercícios Anteriores	1.075.181,90	0,00
PF	1.041.897,24	0,00
PJ	33.284,66	0,00
(-) Ajuste de Perdas	-1.513.339,25	-1.317.289,73

O reconhecimento dos montantes a receber é realizado anualmente, quando do lançamento das anuidades a receber por ofício, com base no cadastro do CRPPE. A baixa dos créditos é motivada pela arrecadação dos agentes bancários.

Os valores acima relacionados ao exercício foram lançados na contabilidade em contrapartida com as variações patrimoniais aumentativas (VPA), os valores relacionados ao exercício anterior foram lançados na contabilidade em contrapartida com Ajustes de Exercícios Anteriores, em observância ao princípio da competência

7.3.3. Créditos outros valores realizáveis no Longo Prazo

Corresponde a créditos a receber decorrentes de anuidades de pessoas físicas e jurídicas inscritas no cadastro do CRPPE, os quais foram inscritos na dívida ativa, ou parceladas.

Os valores dos créditos de longo prazo são detalhados na tabela abaixo:

Especificação	2021	2020
Créditos a Receber LP	5.958.863,44	5.958.863,44
Profissionais e Empresas	4.784.188,17	4.784.188,17
PF	4.545.594,59	4.545.594,59
PJ	238.593,58	238.593,58
Dívida Ativa Tributária	1.174.675,27	1.174.675,27
Executiva	72.534,67	72.534,67
Administrativa	1.102.140,60	1.102.140,60

7.3.4. Imobilizado, Intangível, Depreciação e Amortização

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição ou construção e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o registro é realizado com base na avaliação obtida em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.

Os bens móveis e imóveis são detalhados na contabilidade do CRPPE conforme tabela abaixo:

Especificação	2021	2020
Imobilizado	1.822.265,51	1.956.365,56
Bens Móveis	369.405,77	369.405,77
Móveis e Utensílios	179.190,60	179.190,60
Máquinas e Equipamento	42.899,36	42.899,36
Equipamento de Processamento de Dados	147.315,81	147.315,81
Bens Imóveis	2.792.014,75	2.792.014,75
Edifícios	146.125,35	146.125,35
Salas	2.611.090,66	2.611.090,66
Instalações	16.019,40	16.019,40
Benfeitorias em prop. de terceiros	18.779,34	18.779,34
(-) Depreciação Acumulada	- 1.339.155,01	- 1.205.054,96

7.3.5. Obrigações de Curto Prazo

Representadas por valores a pagar, decorrentes de obrigações trabalhistas; de contratação de fornecedores pela aquisição de materiais e/ou serviços; de impostos e contribuições retidos de colaboradores e terceiros; e ainda, provisionamento de repasses devidos ao Conselho Federal de Psicologia, relativos a fundo de seção.

Todas as dívidas que apresentam saldos em 31/12 foram registradas por competência no mês de dezembro, e as datas de pagamento têm vencimento em 2022 e cabem ao CRPPE, conforme exposto abaixo:

Especificação	2021	2020
PASSIVO CIRCULANTE	452.739,78	460.885,49
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, FISCAIS E PREVID.	284.606,61	294.428,53
PESSOAL A PAGAR	11.284,38	1.074,08
PROVISÕES	194.801,58	213.480,43
INSS EMPRESA	20.169,37	-
FGTS	11.743,87	-
PIS A RECOLHER	2.372,20	-
OBRIGAÇÕES FISCAIS	44.235,21	79.874,02
DEPÓSITOS CONSIGNADOS	15.619,66	12.388,39
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	888,40	800,24
FORNECEDORES	14.731,26	11.588,15
FUNDO DE SEÇÃO - CFP	118.052,53	44.650,85
EMPRESTIMO OBTIDOS - CFBIO	-	79.140,23
DEPÓSITOS JUDICIAIS	34.460,98	30.277,49

7.3.6. Obrigações de Longo Prazo

Representadas por valores a pagar, decorrentes de obrigações contratuais de operação de crédito junto ao CFP, a qual foi quitada em maio/21.

Especificação	2021	2020
PASSIVO CIRCULANTE NÃO CIRCULANTE	-	561.245,62
EMPRESTIMOS A LP	-	561.245,62
Empréstimos a LP contraído junto ao CFP	-	561.245,62

7.3.7. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido demonstrado no Balanço Patrimonial é composto pelos saldos de resultados positivos (ou negativos) apurados em exercícios anteriores, superávit patrimonial do exercício e ajustes de exercícios anteriores. Abaixo seguem os montantes do CRPPE:

Especificação	2021	2020
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.217.348,84	9.896.379,76
RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.320.969,08	2.229.800,65
RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	9.896.379,76	7.666.579,11
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-

7.3.8. Resultado Patrimonial

Foi apurado por meio da contabilização de variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, apresentadas na DVP, com base no regime de competência. Um superávit patrimonial no exercício de 2021 (R\$ 2.320.969,08).

7.4. Demonstração das Variações Patrimoniais

A DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio da Entidade durante o exercício financeiro. Essa demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado

líquido entre as variações aumentativas e diminutivas. O valor apurado compõe o patrimônio líquido demonstrado no Balanço Patrimonial.

Conta	2021	2020
Variações Patrimoniais Aumentativas	6.729.163,30	6.251.020,81
Variações Patrimoniais Diminutivas	4.408.194,22	4.021.220,16
Resultado Patrimonial do Exercício	2.320.969,08	2.229.800,65

O resultado patrimonial positivo apurado em 2021, foi R\$ 2.320.969,08.

7.5. DFC – Demonstrativo de Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) identificará:

- as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e
- o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Esta Demonstração permite a análise da capacidade da entidade em gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.


Detalhe	2021	2020
Atividades Operacionais	1.715.074,40	1.078.316,45
Atividades de Investimento	-	-
Atividades de Financiamento	- 641.730,07	- 1.115,00
Caixa Gerado no Exercício	1.073.344,33	1.077.201,45
Saldo Anterior	1.816.949,59	739.748,14
Saldo Final	2.890.293,92	1.816.949,59

(Valores em Reais) – Fonte: DFC 31/12/2021

Destacamos que:

- O caixa das atividades operacionais apresenta um resultado positivo para geração de caixa, devido a melhoria da cobrança e da contenção de gastos no exercício de 2021;
- As atividades de investimento demonstram que a entidade vem promovendo o saneamento financeiro da entidade, através da amortização de operações de crédito e redução de investimentos.
- No exercício de 2021 a entidade apresentou uma geração de caixa positivo. Espera-se que as medidas administrativas possam manter a arrecadação e a cobrança eficazes.

Recife, 31 de dezembro de 2021.


Alda Roberta Lemos Campos Boultrau
Psicóloga CRP-02/6.280
Presidente CRPPE

MARCIO HENRIQUE BARBOSA MACIEL DE SOUSA:51031531491
Assinado digitalmente por: MARCIO HENRIQUE BARBOSA MACIEL DE SOUSA:51031531491
DN: EM = MARCIO HENRIQUE BARBOSA MACIEL DE SOUSA:51031531491, C = BR, O = CRP/Brasil
Clique aqui para verificar a validade da assinatura digital.
RFB = CPF: A3, EM BRANCO, 15689051908165
Data: 2022.01.07 21:29:17 -0300

Marcio Henrique B. Maciel de Sousa

Contador CRC-PE 15316/O